



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000258-54.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Santa Rosa do Sul

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 06/2016-CGJ

Período da correição: 28-3-2016 a 27-5-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Veruska Maluf



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Santa Rosa do Sul.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e São João do Sul.

Juíza titular: Livia Borges Zwetsch.

Chefe de cartório: Elizandra Aparecida da Silva Burin.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 2-9-2013 a 1-11-2013. Autos n. 0012358-46.2013.8.24.0600.

Entrância: Inicial.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	11.972
1.1.2	Processos em andamento	10.728
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.244
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 3.683 referem-se a processos de Execução Fiscal, 694 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 581 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	4.420
1.2.2	Processos em andamento	3.465
1.2.3	Procedimentos em andamento	955
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	438	1.905	2.343
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 29-6-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	3.887	323,92
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.468	289,00
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	1.503	300,60
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		1.543
Cível – Genérico			
1.5.1.1	Processo Ag. Análise do Cartório	24	
1.5.1.2	Processo Ag. Designar Audiência	25	
1.5.1.3	Processo Ag. Encerramento do Ato	67	
1.5.1.4	Processo Ag. Impressão – Vara	1	
1.5.1.5	Processo Ag. Prazo	59	
1.5.1.6	Processo Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	44	
1.5.1.7	Processo Concluso para Sentença	14	
1.5.1.8	Processo Concluso 3	6	
1.5.1.9	Processo Cumprir – Urgente	7	
1.5.1.10	Processo Recebido Contadoria	4	
1.5.1.11	Processo Recebido do Juiz – Decisão	64	
1.5.1.12	Processo Recebido do Juiz – Despacho	83	
1.5.1.13	Processo Recebido do Juiz – Sentença	15	
Criminal – Genérico			
1.5.1.14	Processo Ag. Análise do Cartório	4	
1.5.1.15	Processo Ag. Designar Audiência	55	
1.5.1.16	Processo Ag. Digitalização	4	
1.5.1.17	Processo Ag. Encerramento do Ato	3	
1.5.1.18	Processo Concluso para Sentença	5	
1.5.1.19	Processo Concluso 3	36	
1.5.1.20	Processo Cumprir – Urgente	36	
1.5.1.21	Processo Recebido Contadoria	1	
1.5.1.22	Processo Recebido do Juiz – Decisão	24	
1.5.1.23	Processo Recebido do Juiz – Despacho	20	
1.5.1.24	Processo Recebido do Juiz – Sentença	41	
Execução Fiscal			
1.5.1.25	Processos Ag. Encerramento do Ato	29	
1.5.1.26	Processos Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	285	
Execução Penal			
1.5.1.27	Processo Cumprir – Urgente	1	
1.5.1.28	Processo Petição Inicial	6	
Família			
1.5.1.29	Processo Ag. Análise do Cartório	10	
1.5.1.30	Processo Ag. Designar Audiência	8	
1.5.1.31	Processo Ag. Digitalização	1	
1.5.1.32	Processo Ag. Encerramento do Ato	11	
1.5.1.33	Processo Ag. Prazo	2	
1.5.1.34	Processo Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	17	
1.5.1.35	Processo Concluso para Sentença	1	
1.5.1.36	Processo Concluso 3	1	
1.5.1.37	Processo Cumprir – Urgente	7	
1.5.1.38	Processo Petição Inicial	6	
1.5.1.39	Processo Recebido do Juiz – Decisão	2	
1.5.1.40	Processo Recebido do Juiz – Despacho	2	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 175

1.5.1.41	Processo Recebido do Juiz – Sentença	31	
Juizado Especial Cível			
1.5.1.42	Processo Ag. Análise do Cartório	34	
1.5.1.43	Processo Ag. Audiência	29	
1.5.1.44	Processo Ag. Designar Audiência	2	
1.5.1.45	Processo Ag. Encerramento do Ato	26	
1.5.1.46	Processo Ag. Prazo	11	
1.5.1.47	Processo Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	46	
1.5.1.48	Processo Concluso para Despacho	8	
1.5.1.49	Processo Concluso para Sentença	34	
1.5.1.50	Processo Cumprir – Urgente	11	
1.5.1.51	Processo Intimação por telefone	17	
Juizado Especial Criminal			
1.5.1.52	Processo Ag. Análise do Cartório	19	
1.5.1.53	Processo Ag. Audiência	3	
1.5.1.54	Processo Ag. Designar Audiência	41	
1.5.1.55	Processo Ag. Digitalização	68	
1.5.1.56	Processo Ag. Encerramento do Ato	27	
1.5.1.57	Processo Ag. Prazo	2	
1.5.1.58	Processo Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	56	
1.5.1.59	Processo com Classe Alterada	2	
1.5.1.60	Processo Cumprir – Urgente	23	
1.5.1.61	Processo Recebido do Juiz – Decisão	5	
1.5.1.62	Processo Recebido do Juiz – Despacho	1	
1.5.1.63	Processo Recebido do Juiz – Sentença	4	
1.5.1.64	Processo Remetidos à Delegacia de Polícia	2	
Juizado Especial Fazendário			
1.5.1.65	Processo Ag. Encerramento do Ato	1	
1.5.1.66	Processo Concluso para Despacho	4	
1.5.1.67	Processo Recebido do Juiz – Despacho	5	



1.5.1.68	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 29-6-2016.</p> <p>b) Na data de 1-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 239 processos na fila. O mais antigo data de 6-8-2014.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 186 processos na fila. O mais antigo data de 11-12-2014.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 425 processos na fila. O mais antigo data de 2-6-2015.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 456 processos na fila. O mais antigo data de 9-6-2015.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 435 processos na fila. O mais antigo data de 11-6-2015.</p> <p>b.5) Escrivão: não existem processos na fila.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência, respectivamente, de 11 e 15 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0001934-77.2014.8.24.0189, n. 0000429-17.2015.8.24.0189, n. 0001975-44.2014.8.24.0189, n. [REDACTED] e n. 0001219-98.2015.8.24.0189), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: não existem processos na fila.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	4.416	2.699
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		37,38%	22,85%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	34	12
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		403	317
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		181	11
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		529	805
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		25	45
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		10	14
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 29-6-2016 e 1-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		540	179
	Peticionamento eletrônico		112	54
	Mandados		45	17
	AR		22	12
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 29-6-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	223	26
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 29-6-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Distribuição	3	0	1	0
1.6.11.2	Ministério Público	129	65	183	48
1.6.11.3	Petição Inicial – Ag. Digitalização	23	7	9	4
1.6.11.4	Serviço Social	4	0	1	1
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 29-6-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	1.563		3.069	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Evandro Volmar Rizzo)	161	0	0	0
1.6.12.2	Juiz (Paulo Eduardo Huergo Farah)	886	711	1	1
1.6.12.3	Juiz (Stefan Moreno Schoenawa)	197	35	107	71
1.6.12.4	Juíza (Lívia Borges Zwetsch – titular)	0	0	2.585	0
1.6.12.5	Contadoria	14	8	22	0
1.6.12.6	Ministério Público	42	13	103	0
1.6.12.7	Serviço Social	30	24	1	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.8	Advogado	191	118	220	56
1.6.12.9	Leiloeiro	1	0	0	0
1.6.12.10	Perito	3	3	2	0
1.6.12.11	Delegacia de Polícia	16	4	16	0
1.6.12.12	Procuradorias	22	19	12	0
1.6.12.13	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016. Conforme Portaria GP n. 720/2015, o Juiz Evandro Volmar Rizzo respondia pela unidade no período analisado (janeiro de 2016). b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).			



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	38	9	26	7
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	306	172	1.095	94
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	24	0	4	3
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	189	155	116	36
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	285	11
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	227	74	60	5
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	92	36	27	13
1.6.13.8	Cartório – arquivar	553	461	447	279
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	12	11	2	2
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	2.684	1.632	160	135
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	1	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	12	2	7	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	62	14	14	1
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	35	19	61	33
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	7	4	3	2
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	100	59	87	18
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	387	293	985	614
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	3	3	6	1
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	2	1	6	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	16	11	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	4	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	3	2	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	42	8	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	9	1	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	4	3	97	60
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	18	9	16	0
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	28	16	21	1
1.6.13.29	Observações				
	a) Primeira verificação em 22-3-2016.				
	b) Segunda verificação em 29-6-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2.703	768
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		177	127
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		277	193
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		24	1
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		22	5
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	87	38
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 29-6-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	66	66
		Definitivo	49	49	
1.7.9.1	Réu preso - total		115	115	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 29-6-2016.					



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 22-3-2016.</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.274 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspensão; Em andamento). No SNBA há 1.307 bens cadastrados com a situação “a definir”.</p> <p>a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): meses faltantes janeiro e fevereiro de 2016.</p> <p>a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 21-3-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificado acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 4-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.115 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA que estão com a situação “a definir”, não foi possível a extração do relatório em virtude de inconsistência do sistema na data da extração. No entanto, há 1.736 registros de bens cadastrados</p>		



no SNBA. Em consulta ao SAJ, por amostragem, verificou-se que dos processos n. [REDACTED], n. 0001230-64.2014.8.24.0189, n. [REDACTED], n. 0001214-81.2012.8.24.0189 e n. 0000744-26.2007.8.24.0189, apenas o primeiro não foi cadastrado no SBNA.

b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): janeiro a maio de 2016.

b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 21-3-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificado acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não alimentado	Não alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 22-3-2016. a.1) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Irmã Carmen – Filial Santa Rosa do Sul), que não está alimentado. b) Segunda verificação em 4-7-2016. b.1) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Irmã Carmen – Filial Santa Rosa do Sul), que não está alimentado.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 5 de julho de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Veruska Maluf
Assessora Correicional – Mat. 17.068